

MONSERRAT, Ruth (2010). *A língua do povo M̃ky*. Campinas: Editora Curt Nimuendajú. Pp. xxii + 249. 3 tabelas, 2 mapas, 26 textos e 1 vocabulário. ISBN 978-85-99944-18-9. (Paper) R\$ 40,00

Em junho de 1971, uma equipe liderada por um padre jesuíta estabelecia o primeiro encontro com os M̃ky, uma sociedade indígena vivendo no Noroeste do Estado do Mato Grosso, bastante próximo à Rondônia. Os M̃ky são linguística e culturalmente aparentados com os Irantxe, um povo indígena em contato com a sociedade brasileira desde a década de 1940. De fato, M̃ky e Irantxe falam uma mesma língua, classificada por Aryon Rodrigues como isolada (Rodrigues 1986:95), sendo que os grupos se separaram no início do século XX. Ainda segundo Rodrigues, até a década de 80 só havia “estudos elementares” dessa língua (duas pequenas publicações).

Em fins de 1980, quando os M̃ky não haviam completado 10 anos de ‘contato’, Ruth Monserrat iniciou os estudos de sua língua, a convite da missionária católica Elizabeth Rondon Amarante (uma neta de Rondon vivendo entre os M̃ky desde o final dos anos 70). De uma longa pesquisa e da parceria investigativa com Beth Rondon, resultou a primeira descrição sistemática da língua Irantxe-M̃ky, defendida como tese de doutorado e, uma década depois, finalmente publicada. Em carta à autora (transcrita parcialmente na contracapa do livro), Robert Dixon refere-se ao trabalho como uma “esplêndida gramática”.

A obra conta com uma Apresentação da já citada Elizabeth Rondon Amarante e um Prefácio da autora, dois textos introdutórios que aludem às condições, aos colaboradores e ao tempo da pesquisa. Seguem-se dois mapas de localização do território e da Terra Indígena M̃ky, e uma brevíssima informação sobre o povo. A propósito, os M̃ky somavam cerca de 25 pessoas ao tempo do ‘contato’, contando hoje (40 anos depois) com uma população de cerca de 90 pessoas (Ricardo e Ricardo 2006:13).

A descrição da língua propriamente dita está dividida, no livro, em três grandes blocos (Fonologia, Morfossintaxe e Morfossintaxe 2), seguida de uma seção de Textos e, finalmente, um Vocabulário.

Na Fonologia são apresentados os inventários consonantal e vocálico, processos fonológicos e morfo-fonológicos e uma informação sobre alfabeto e ortografia.

No que se refere ao sistema fonológico, Monserrat postula 17 fonemas consonantais no M̃ky (contra 18 no Irantxe), sendo quatro oclusivas simples (p , t , k , ?), três palatalizadas (p^j , t^j , k^j), três fricativas (s , š , h), duas nasais simples (m , n), duas nasais palatalizadas (m^j , n^j), duas aproximantes (w , j) e uma líquida (r). O Irantxe contaria com duas líquidas (r , l), mas a autora anota a ocorrência de “variação livre” entre *l* e *r* “na pronúncia de muitas palavras por alguns falantes irantxe”. Anota-se também que alguns falantes (principalmente Irantxe, mas também M̃ky) realizam *m* em posição inicial de palavra como [mb].

Três informações, no entanto, sugerem que a língua não possui séries de fonemas palatalizados mas, antes, um padrão silábico que permite sílabas de onset complexo, nas quais a segunda consoante é /j/. A primeira é o fato de que, além das oclusivas e das nasais palatalizadas (as séries com valor [- contínuo]) a autora informa ainda a palatalização de /w/ e de /r/, duas soantes. A segunda é a informação da própria autora de que “a consoante /s/ quando palatalizada é [š] (a fricativa poderia, então, ser analisada, simetricamente com

as oclusivas, como /sj/”. E a terceira, é a observação (acima referida) da realização [mb] para o /m/ inicial; no entanto, os exemplos dados envolvem tanto /m/ inicial quanto o suposto fonema complexo /mʲ/: *muhu* [mbuhu] ‘chuva’; *mjehy* [mbjehy] (p. 1), o que revela a independência dos dois fones (m + j). Por tudo isso, pareceria mais apropriado (e econômico) ampliar o padrão silábico em um item, e subtrair cinco (ou, talvez, oito) fonemas complexos do inventário.

O sistema vocálico mostra-se bastante rico, com duas séries de vogais orais (breves e longas) e duas séries de vogais nasais (breves e longas). Cada série conta com sete vogais, totalizando 28 vogais no sistema. Na série básica, das orais breves, as vogais se distribuem, segundo a autora, em: três altas (i, i, u), três médias (e, ə, o) e uma baixa (a), sendo que as chamadas “médias anterior e posterior” em geral são realizadas como [ɛ] e [ɔ] (p.3). Isso sugere que o sistema provavelmente distinga uma série de vogais altas (i, i, u) em oposição a uma série de vogais baixas (e, a, ə), e inclui uma sétima vogal, que Trubetzkoy denominou “vogal indiferenciada”, que não se inclui naquele jogo de oposições do sistema. Nas vogais posteriores, evidentemente, o sistema opõe as arredondadas (u, o) às não-arredondadas (i, a). Quanto à vogal /ə/, a autora consigna alternâncias (morfo-fonológicas) com /e/ e, mesmo, variação livre com esta última vogal em determinados termos (p. 9-10).

A oposição entre vogais orais e nasais parece neutralizar-se “*em posição final não tônica (ou com tom não alto)*” (p. 4). A referência a tom está resumida em um tópico de cerca de meia página (3. *Supra-segmentais*), em que se informa que o estudo ainda é incipiente “*no que se refere às relações entre altura, duração e intensidade vocálica*” (p. 6). Para ilustrar a pertinência da questão a autora elenca alguns exemplos “*não analisados, em que a altura parece contrastar, e não apenas complementar subsidiariamente a quantidade*” (p. 6).

Quanto ao padrão silábico, a autora informa que as palavras são sempre terminadas por vogais, embora a língua admita sílaba fechada (CVC) em posição inicial e medial.

Nos processos fonológicos destacam-se os espalhamentos de nasalidade e a harmonização vocálica em determinados sufixos (p.7). Os processos morfo-fonológicos tratam de queda e alternâncias de segmentos em contextos de juntura por composição ou de sufixação. Os tópicos 5.6 e 5.7, no entanto, parecem melhor enquadrar-se em harmonização vocálica (um assunto tratado em processos fonológicos).

A seção de Fonologia conclui-se com um tópico sobre *Alfabeto e Ortografia* (p.11ss), em que se esclarecem as relações entre grafemas e fonemas, sendo que as consoantes ditas palatalizadas são grafada com dígrafos, e as vogais longas são marcadas por diacríticos (acento agudo nas orais, acento circunflexo nas nasais). A única escolha que parece pouco recomendável é a adoção do sublinhado como diacrítico para distinguir a vogal /ə/ = a (cf. Diniz 2007).

A primeira das partes dedicadas à Morfossintaxe abrange 42 tópicos relacionados à morfologia flexional do verbo. Na abertura da seção a autora esclarece que “*na língua M̄yky todos os predicados são verbais*”, classificando-se os verbos em *ativos* e *não-ativos*, e estes últimos em *estativos* e *não-estativos*. Segundo Monserrat, “*a maior riqueza formal da língua falada pelo povo m̄yky está concentrada no verbo*” (p. 13).

Os primeiros quatro tópicos da seção tratam, nessa ordem, das categorias (flexionais) *Discurso, Pragmática, Pragmática-2 e Discurso Interior*. A primeira realiza-se pelos morfemas {-nã} e {-natã}, que constituem os últimos elementos expressos na morfologia verbal. Seu papel exato, porém, não foi completamente esclarecido, mas a autora apresenta um bom conjunto de dados e suas melhores hipóteses interpretativas.

Segue-se a categoria *Pragmática*, que comporta “índices bioletais que indicam a relação entre os participantes do discurso segundo critérios de bipartição natural dos sexos, diferença de gerações e hierarquia referencial nominal”, e a categoria *Pragmática-2*, cujos marcadores sufixais “indicam a relação de classe entre o falante e o referente sujeito da oração” (sendo marcado o caso em que se dão classes diferentes, e não marcado quando da mesma classe). Os marcadores de *Discurso Interior*, segundo a autora, “caracterizam a posição do falante como não comprometida em relação ao evento da fala”, o que, na fala dos próprios indígenas, significa “falar consigo mesmo” ou “estar só pensando”, ainda que o enunciado seja produzido efetivamente (p. 21).

A morfologia do verbo apresenta, em resumo, a seguinte ordem:

RADICAL – ASPECTO – NÚMERO/PESSOA OBJETO – PRAGMÁTICA 2 – EVIDENCIAL 2 – HABITUAL – TEMPO – NÚMERO/PESSOA SUJEITO – MODO – DISCURSO INTERIOR – PRAGMÁTICA – DISCURSO

Observando os tópicos iniciais desta parte do livro, e sua sequência (abaixo), percebe-se o “plano da obra”, que se ocupa da morfologia do verbo a partir dos elementos mais ‘externos’ (à direita) e seguindo, da direita para a esquerda, em direção ao Radical. Isso explica porque a morfologia derivacional do verbo vai tratada na parte seguinte (terceira) da obra.

Na sequência Moserrat apresenta a categoria Modo, vista de maneira ampla, abarcando cinco oposições que correspondem “mais ou menos ao que é chamado de *Modo em muitas línguas*” (por ela identificadas como: Declarativo, Interrogativo, Imperativo, Afirmativo Enfático e Admirativo) e outras duas expressões de evidencialidade (epistêmica). No caso das Declarativas, a autora destaca a polêmica sobre a adequação ou não de incluir-se uma tal categoria no sistema modal, mas conclui que, no M'Yky, ainda que as Declarativas sejam formalmente não marcadas, “não há argumentos satisfatórios para deixar de considerar o ‘declarativo’ como parte do sistema de Modo” (p.25).

Segue-se a apresentação das categorias (obrigatória) Número/Pessoa Sujeito, com um quadro síntese (p. 34) que apresenta a 46 formas distintas em que a categoria é expressa. Há três séries de sufixos (marcadores subjetivos) em função da categoria de verbo com que ocorrem. Para cada Pessoa há três distinções de número (singular, dual e plural), e nas 2as e 3as pessoas distinguem-se formas para [+ Proximidade] e [- Proximidade], relacionadas à expressão de Modalidade Evidencial.¹

O tópico seguinte trata da categoria Tempo, na qual a autora identifica duas formas para passado (remoto e não remoto), duas para futuro (imediate e não-imediato) e uma para presente (“que inclui o passado-presente”). A esse tópico Monserrat dedica 14 páginas nas quais, para cada uma das grandes divisões temporais (Presente, Passado, Futuro), seleciona um grande número de exemplos, combinando as diversas possibilidades de marcadores subjetivos. A categoria Habitual é o assunto seguinte, inclusive por suas interrelações com as distinções temporais. Ela não se agrupa, porém, com os marcadores Aspectuais (ver adiante), mas co-ocorre com eles, ocupando posição distinta na cadeia dos sufixos flexionais do verbo.

¹ Infelizmente, uma falha do diagramador, não detectada na revisão, agrupa a primeira linha da Série II (referente às formas singulares) com as formas da Série I, e a primeira linha da série III, com as formas da série II. O leitor, com atenção, logo percebe, mas prejudica a clareza da leitura.

Monserrat descreve, então, a categoria Modalidade Evidencial-2, na qual reconhece um sistema de quatro oposições, comportando: (i) o Evidente, não marcado; (ii) o Inferencial, marcado por {-maka}; (iii) o Especulativo, marcado por {-hé}; e (iv) a Negação, com quatro realizações distintas: (a) negação da realidade atual; (b) negação de futuro; (c) negação da habitualidade; (d) negação absoluta.

Segue-se a sistematização sobre a categoria Número/Pessoa Objeto, esclarecendo a autora que pôde depreender e classificar a maioria dos marcadores objetivos apenas no Irantxe, obtendo um quadro bem mais limitado em M̄yky. A autora apresenta, então, à pg. 61, duas tabelas de sufixos objetivos (identificados por Paradigma I e Paradigma II), alertando ao fato de que eles não se limitam a marcar o que normalmente se entende por Objeto, uma vez que em M̄yky “qualquer argumento oblíquo pode, em determinadas circunstâncias, ser co-referencializado no verbo por um sufixo ‘objetivo’, seja este verbo transitivo ou intransitivo (ativo ou não ativo)” (p. 60-61). A exemplificação (sempre copiosa em todo o livro) inicia-se pelas conjugações objetivas do verbo transitivo *x)tata* ‘empurrar’, no Paradigma I, e dos verbos *sale* ‘costurar’ e *mopa* ‘roça’ (respectivamente, um transitivo e outro estativo não-ativo), no Paradigma II. Prototipicamente, sufixos do Paradigma I ocorrem em verbos de dois argumentos (transitivos diretos, indicando o Objeto Direto) ou de três argumentos (bitransitivos, indicando o Objeto Indireto). Também prototipicamente, sufixos do Paradigma II referenciam, em verbos transitivos, um argumento oblíquo (“hierarquicamente mais alto que O”), ocorrendo também em verbos intransitivos ativos em que o argumento não-sujeito é oblíquo, e em verbos estativos, em que o argumento não-sujeito é um complemento oblíquo.

Destaque-se que, como mostram os dados, a autora conclui que os sufixos *objetivos* “fazem referência, numa oração com verbo transitivo ou intransitivo, ao argumento nominal (não sujeito) mais alto na Hierarquia Nominal” (p. 72), sendo que nessa última distinguem-se *espíritos x humanos x animais*.

No tópico subsequente, Monserrat trata do Reflexivo/Recíproco (de fato, um único marcador *-pa*, reflexivo, para os dois paradigmas acima mencionados, e que pode tomar, pragmaticamente, o sentido de recíproco (p. 68-69).

Finalmente, o estudo da flexão verbal é concluído com a categoria Aspecto. Por sua riqueza e importância na gramática, ocupa 25 páginas do livro (p. 73-98). Nos verbos ativos Monserrat reconhece alguns imperfectivos (*progressivo, ininterrupto, permansivo*) e perfectivos (*conclusivo, iterativo resultativo*, este segundo anotado como “duvidoso”); nos verbos estativos reconhece um *gradual* (em oposição a um *não-gradual*), um *completo* e um *culminativo*. Cada um deles é tratado em um tópico específico, com um bom número de exemplos, incluindo alguns não referidos na introdução da seção: um *frustrativo*, um *aleatório* e um *perdurativo* (nos verbos ativos). Há, ademais daqueles, dois sufixos (*-ku* e *-tu*) cuja semântica expressa o contraste *perfeito-imperfeito*, mas que ocorrem tanto após raiz verbal ativa, quanto após raiz adjetiva somada a um dos sufixos estativos. Se esses sufixos forem tomados como formativos dos radicais, os sufixos estativos (que os precedem) já não poderiam ser vistos como parte do sistema flexional. Monserrat deixa, então, em aberto a decisão sobre o caráter deles, deixando igualmente em suspenso a hipótese de que “parte dos marcadores da categoria de Aspecto integra o sistema derivacional e outra, o sistema flexional do verbo” (p. 74). A própria possibilidade de situar a categoria Aspecto na morfologia derivacional é lembrada, em outro tópico, como

uma alternativa de análise simplificadora (cf. p. 99). No caso dos *perfeitos* *-ku* e *-tu* a autora observa que o mesmo sufixo *pode funcionar como 'perfeito não-resultativo' ou como 'perfeito resultativo'*, a diferença residindo na estrutura dos radicais: nos *resultativos* os perfeitos integram o sistema derivacional, de modo que a construção resultativa opera com marcadores N/P subjetivos próprios; já nos não-resultativos, os perfeitos participam do sistema flexional, de modo que as construções não-resultativas apresentam os marcadores número/pessoais regulares usados com as demais categorias flexionais do verbo (p. 91).

A terceira parte da obra, reunida sob o título *Morfossintaxe 2*, trata da morfologia derivacional verbal, das relações de coordenação e subordinação no período composto, da flexão nominal e do sintagma nominal, e outros tópicos relacionados.

Toda morfologia derivacional, como a flexional, é composta de sufixos, à exceção do *iterativo*, “o único prefixo produtivo na língua” (p. 102). O *iterativo* possui distintas realizações fonéticas (dependendo do elemento inicial do morfema que sirva de base para a derivação), variando entre [s], [ʃ], [ʃi] e a simples palatalização de /t/. Como sufixos, há um *dispersivo* *-xe* ~ *-se* (que talvez pudesse se analisado como Aspecto, em lugar de derivativo); um *marcador* *-kykja* que deriva *adjetivos/particípios* a partir de verbos transitivos; os *deverbais* *-ky*, *-jaky*, *-kyjaky* que expressam a semântica de agente, possuidor ou utilizador; o *deverbal* *-kje'y* que agrega o significado de instrumento, suporte, local, modo, etc.; o *negativo* ou *reversivo* *-pu*, que deriva adjetivos de sentido contrário ou reverso a partir de nomes e adjetivos; e, por fim, os *intensificadores* (que compõem radicais não apenas de verbos ativos e estativos, mas também de advérbios e de adjetivos em função adverbial).

Como ocorre em toda língua em que se apresenta uma classe de verbos não-ativos (no caso, os estativos e não-estativos), membros dessa classe verbal podem comportar-se como transitivos. É sobre transitividade e intransitividade que Monserrat trata na sequência do estudo do verbo. A autora postula que, em MĚky, com verbos não-ativos há dois tipos de construções: uma não-ativa intransitiva, com significado existencial, e outra transitiva ‘possessiva’ (p.114). A contrapartida, também previsível, é que verbos ativos também possam ter um uso intransitivo. É o que Monserrat exemplifica com verbos como *kare*, “andar, caçar”, *apa*, ‘nascer, parir’ e *taka*, ‘saber, entender, apreender’ (esse último, de funcionamento dito ‘ambíguo’).

Ao que parece, em razão da relação de verbos com a função predicativa, a autora trata, na sequência, de um outro elemento da morfologia nominal e verbal, em parte, talvez, relacionado a esse papel: uma classe fechada que denomina *identificadores*. Os *identificadores* são uma classe fechada de sufixos que ocorre em “boa parte dos nomes, adjetivos e advérbios”. Sugere Monserrat que sua origem possa ser um antigo classificador (p. 116). O problema para sua interpretação sincrônica está em que eles podem ocorrer, naquelas classes de palavras, tanto em posição predicativa como não-predicativa, além do que, uma “outra porção bastante razoável” do léxico pertencente àquelas classes não tem nenhum *identificativo*. Acrescente-se que um dos sufixos *identificativos* aparece igualmente em construções verbais não-finitas, mas mesmo aí, “não é basicamente o ‘identificativo’ (...) que define o caráter de finitude ou não-finitude do verbo, e sim a expressão das categorias de Número/Pessoa-sujeito” (p. 120). Disso resulta que Monserrat se ocupe de uma extensiva descrição de tais *identificativos*, considerando “mais coerente

dizer que em qualquer situação o que se tem são sufixos ‘identificativos’, que ocorrem com nomes, adjetivos, advérbios e verbos, identificando seres, qualidades, estados, eventos, processos” (p. 116). Na última parte do livro, como Anexo, a autora relaciona um vocabulário (perto de 600 termos) organizado com base na sílaba final em Mýky, “que, em parte dos casos, representa o sufixo ‘identificativo’ da palavra” (p. 225).

O tópico *11.Predicados*, da parte III, detalha as formas finitas e não-finitas das várias sub-classes de verbos. Para isso, inicia caracterizando os distintos predicados. Predicados verbais ativos são expressos por um Verbo Ativo, isto é, um verbo “que tem como radical um lexema verbal transitivo ou intransitivo, e não apresenta sufixos aspectuais estativos” (p. 120). Predicados verbais estativos são expressos por um Verbo Estativo, isto é, um verbo “que tem como radical um adjetivo primário ou construção adjetiva derivada, ou apresenta um dos sufixos aspectuais ‘estativos’ -ro, -jo, -so, -to” (idem). Predicados verbais não-estativos são expressos por um Verbo não-Estativo “que tem como radical um nome ou construção nominal, um advérbio ou construção adverbial” (idem). Um verbo com *identificativo* é necessariamente não-finito. “O mais interessante e ‘exótico’ na língua mýky” – diz Monserrat – “é o fato de que qualquer verbo pode ser ‘fechado’ por um *identificativo*”. Nessas condições, o verbo não apresenta o marcador subjetivo, embora possa portar um marcador pragmático. É preciso atenção, porém, ao fato de que, na 3ª pessoa, “qualquer verbo (ativo ou estativo) sempre pode omitir o marcador subjetivo”, de forma que, nessas condições, não é simples definir como finitas ou como não-finitas as formas verbais que têm com base adjetivos ou advérbios sem sufixo *identificativo*. Nessa situação, conclui Monserrat, “poderíamos dizer com a mesma propriedade que temos predicados estativos com verbos na forma finita ou que os verbos estão na forma não-finita” (p. 123). De todo modo, nesta obra a autora toma, em princípio, como formas não-finitas aquelas formas verbais sem *identificativo*, a menos que comportem expressamente um sufixo estativo ou outros marcadores verbais (nesses casos, as toma como formas finitas com omissão da marca subjetiva de 3ª pessoa).

Como o foco, nesse ponto da obra, são os Predicados, e os tópicos logo adiante se ocuparão das orações e de sua organização, entre aquele e estes a autora inclui a questão dos Sintagmas Nominais Não-Sujeito. O destaque é para a marcação oblíqua, com diferentes funções, para muitos deles: “qualquer oração que contenha um ou mais sintagmas nominais além do SN Sujeito pode ter um deles marcado pelo sufixo ‘oblíquo’ -ki (nã)” (p.126). Exemplifica-se com suas ocorrências em orações transitivas, em intransitivas e em orações estativas. Passa-se daí à oração em si.

As possibilidades de frases em Mýky, com respeito ao número de verbos e suas relações, são três: (a) as constituídas de uma oração com uma só forma verbal (radical simples ou composto); (b) as constituídas de uma única oração, mas contendo duas ou mais formas verbais, todas com o mesmo Sujeito, expresso apenas no último verbo; (c) as constituídas de mais de uma oração, com mesmo Sujeito ou Sujeitos distintos, e com expressão de N/P-Sujeito em todos os verbos (p. 129).

Segundo Monserrat, em Mýky a maior parte das sentenças (ou períodos) compostas não tem nenhum marcador de coordenação ou subordinação, sendo o mais das vezes construídas por orações justapostas (p. 131). No dialeto Irantxe, por sua vez, “uma sentença com duas ou mais orações, com sujeitos co-referentes ou não, apresenta com bastante regularidade um marcador verbal de ligação entre as orações que a integram” (p. 140).

Embora o mesmo marcador (-ri / -li) possa ocorrer também na fala dos M'Yky, é muito menos comum seu emprego por eles (idem). Os tópicos 18 (*Coordenação*) e 19 (*Subordinação*) são bastante ricos em exemplificação, como já se destacou para toda a obra.

O tópico seguinte (20) trata da ordem dos constituintes na oração. A conclusão, respaldada na coleção de exemplos selecionados (mas ancorada também no conjunto de dados ao longo do livro, incluindo o conjunto de textos da Parte IV) é que “*todas as ordens são possíveis*” (p. 153).

Quanto à classe de Nomes, a autora a caracteriza morfológicamente “*pela possibilidade de ocorrência privativa com certos marcadores gramaticais: os extensores -nù ‘definido’ e -nã ‘indefinido, genérico’; os locativos -kje/-tje ‘pontual’ e -pa ‘difuso’; o ‘diminutivo’ -si; e ainda os seguintes: -kanã ‘delimitativo’; -kapy ‘instrumento, meio’; -kahi ‘semelhante’*” (p. 157). Todos esses “marcadores” são descritos (e exemplificados) como membros de um sistema flexional nominal. Ainda a respeito da classe dos Nomes, a autora discute a composição nominal (p. 166) e, finalmente, trata do Sintagma Nominal e sua estrutura (p. 168).

Em tópicos específicos Monserrat trata das classes dos Adjetivos, dos Advérbios e dos Dêiticos (respectivamente, tópicos 35, 37 e 39). No caso dos Adjetivos, distinguem-se morfológicamente das demais classes lexicais “*pela ocorrência privativa com sufixos de ‘grau comparativo’ – e sintaticamente porque – quando em função não predicativa, ocorrem exclusivamente como ‘atributos’ ou ‘epítetos’ de nomes (formando com eles um nome composto)*” (p. 169). Já os Advérbios, do ponto de vista morfológico “*pode ser definido negativamente como uma classe de palavras invariáveis que não admitem afixos nominais e verbais (...)* Do ponto de vista sintático, por outro lado, há uma série de lexemas (tradicionalmente tratados como advérbios na maioria das línguas) que funcionam exclusivamente como modificadores de verbos, de adjetivos e de outros “advérbios” (p. 172).

A parte IV do livro é dedicada a textos. Ao todo são 26 textos produzidos em circunstâncias e épocas diferentes (sendo que alguns são transcrições de narrativas gravadas). Todos eles são transcritos, primeiramente, na ortografia vigente do M'Yky; uma segunda linha traz a transcrição com segmentação morfológica; segue-se a linha das glosas morfema a morfema e, finalmente, a linha da tradução ao português. Em alguns casos, a primeira linha traz a transcrição da forma escrita pelo autor indígena *ipsis literis*. Um dos ‘textos’, na verdade, reproduz um conjunto de cinco pequenos cantos rituais. Na maioria são narrativas breves, mas a de número 21 estende-se por sete páginas e meia, e leva o título de “História da visita ao céu”.

Ao final do livro, como já mencionado, um Anexo traz uma lista vocabular organizada “*em função de sua sílaba final, que, em parte dos casos, representa o sufixo ‘identificativo’ da palavra*”. Segundo a autora, a lista não é exaustiva, tendo apenas privilegiado 17 sílabas finais “*que são claramente instâncias de ‘identificativos’ e algumas outras que talvez possam vir a ser consideradas como tal*” (p. 225).

Em razão do processo de harmonização vocálica (tratado na parte I da obra), alguns dos *identificativos* aparecem com suas formas variantes. É o caso, por exemplo, de **’u** – que tem realizações [ʔu], [ʔa], [ʔi] e [ʔi] – e de **hu** – com realizações [hu], [hi], [hi] e [ha]. O que se mostrou mais ‘produtivo’, dos *identificativos* elencados, foi **-i/-wy (-li)**, com cerca de 115

termos (a autora tratara brevemente dele às pgs 117-118). Não há, no entanto, justificativa ou uma clara demonstração da identidade das formas *-i*, *-wy* e *-li* (e, ainda, *-xi*).

Com menores ou maiores reparos que se possam fazer, a obra de Ruth Monserrat acerca da língua M̃ky é das poucas descrições realmente abrangentes de uma língua indígena produzida nos anos recentes em nosso país. Sua publicação coloca a língua M̃ky-Irantxe ao alcance dos pesquisadores que se queiram debruçar sobre aspectos particulares de línguas que organizam um sistema verbal à base da distinção entre verbos ativos e não-ativos (e estes, em estativos e não-estativos), ou sobre línguas aglutinantes em processo de complexificação morfológica (gramaticalização). Do mesmo modo, traz elementos para os linguistas que estudam a curiosa concentração de línguas classificadas como ‘isoladas’, na região que abrange o Noroeste do Mato Grosso e parte da Rondônia.

Destaco, por fim, que a autora certamente teria realizado essa obra antes, e talvez mais bem acabada, se ela própria se desse o tempo ou a possibilidade de dedicar-se tão somente à investigação acadêmica de gabinete, com os materiais colhidos em campo. Mas Ruth Monserrat é mais que linguista; ela é, de fato, também uma indigenista, uma intelectual comprometida com o destino e com os interesses de um grande número de sociedades indígenas no Brasil, às quais tem dedicado parte preciosa de seu tempo e de seu ‘lazer’. Longe, no entanto, de empobrecer ou prejudicar sua pesquisa, a verdade é que a faz qualitativamente superior às descrições baseadas nos preenchimentos de questionários e nas análises “de ar condicionado”. “A língua do povo M̃ky” encontrou, nela, a melhor divulgadora possível.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, Kollontai Cossich (2007). *Notas sobre tipografias para línguas indígenas do Brasil*. *InfoDesign Revista Brasileira de Design da Informação* 4(1): 40-53.
- RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (eds.) (2006). *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna (1986). *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.

Wilmar da Rocha D’Angelis
(Departamento de Linguística. IEL-UNICAMP)

Recebido: 6/9/2010
Versão revista: 12/9/2010
Aceito: 20/9/2010